

## A PROBLEMÁTICA DO TEMPO QUANTIFICÁVEL EM BERGSON

Paulo Sérgio Oliveira Santana\*

**Resumo:** O presente artigo pretende apresentar os aspectos centrais das críticas feitas por Bergson à compreensão o tempo proposto pelas ciências naturais e à psicologia positiva do final do século XIX. Em um segundo momento, o artigo visa apresentar a concepção temporal de Bergson a partir da compreensão do tempo como duração.

**Palavras-chave:** Tempo. Duração. Número. Espaço.

### LE PROBLÈME DU TEMPS QUANTIFIABLE À BERGSON

**Résumé:** Le présent article entend présenter les aspects centraux des critiques faites par Bergson à la compréhension du temps proposée par les sciences naturelles et à la psychologie positive de la fin du XIXe siècle. Dans un second temps, l'article vise à présenter la conception temporelle de Bergson à partir de la compréhension du temps comme durée.

**Mots-clés:** Temps. Durée. Nombre. Espace.

### Introdução

É de reconhecimento amplo na produção filosófica que engloba o final do século XIX até os nossos dias que a questão do tempo, em sua natureza mais profunda, é indiscutivelmente o tema central da filosofia de Henri Bergson (1859-1941). Dentre os diversos aspectos e particularidades que caracterizam seu pensamento, comendo substancialmente a amplitude de suas ideias, podemos destacar que o ponto mais significativo que resume suas pretensões filosóficas (as quais possibilitaram um amadurecimento posterior de seu trabalho) foram, e continuam sendo, suas objeções direcionadas ao determinismo científico - reinante em sua época. Identificamos também críticas tecidas à tradição filosófica

---

\* Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista Brasileira. Licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestrando em filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor referência da área de Ciências Humanas da Escola SESI Reitor Miguel Calmon (Salvador - BA). Coordenador do Grupo de Pesquisa Reflexão e Humanidades (GPRH) e do Grupo de Estudos em Eric Weil, ambos na mesma instituição. Contato: [sppinozza@gmail.com](mailto:sppinozza@gmail.com)

que, segundo o pensador francês, com o naturalismo oitocentista, corroborou para o encobrimento do tempo.

Se em *Martin Heidegger* (1889-1976) identificamos um paulatino esquecimento do Ser; em Bergson, há uma dificuldade semelhante ao modo de encobrimento temporal dispensado pelo pensamento intelectual/conceitual. Contudo, diante desta problematização, é pertinente a seguinte questão: como surgiu a desconfiança de Bergson no tocante à precariedade das concepções temporais de sua época?

Foi durante o estudo da Mecânica que o filósofo francês percebeu que o tempo - da forma como era concebido pelas ciências naturais - servia apenas como simulacro, sendo ocultada a sua mobilidade. Sendo assim, Bergson, no intuito de acessar a autenticidade do real por meio de sua filosofia, parte da imediatez da nossa experiência interna, promovendo um verdadeiro reexame da vida interior. Agora, como essa crítica se dá no campo teórico? Por que, para Bergson, o tempo quantificável escamoteia o real?

## 1 O tempo das ciências

Uma das primeiras questões que assaltam o pensamento de Bergson, dando início às suas investigações, consiste em saber qual concepção de tempo embasa as ciências. Para o pensador francês, o tempo das ciências se resume a uma linha imóvel sob a qual se representa a sucessão múltipla dos eventos. Assim, mesmo que invertêssemos o movimento, tudo permaneceria da forma que sempre foi, pois a passagem que engendra a novidade sobre as coisas teria sido suprimida. Destarte, “[...] o leque que se desdobra poderá abrir-se cada vez mais depressa e mesmo instantaneamente: ele mostrará sempre o mesmo desenho já inscrito na seda” (COELHO, 2004, p. 236). Concebendo-se o tempo de maneira esquemática, a noção de multiplicidade surge como uma consequência lógica, sendo o número seu traço distintivo:

Mas, desde que se deseja representar o número, e não apenas algarismos ou palavras, forçoso é voltar a uma imagem extensa. A ilusão constitui aqui o hábito adquirido de contar, parece-nos, mais no tempo do que no espaço. Para imaginar o número cinquenta, por exemplo, repetir-se-ão todos os números a partir da unidade; e quando se chegar ao cinquenta, julgaremos ter construído perfeitamente o número na duração, e apenas na duração (BERGSON, 1988, p. 59).

O número é entendido como elemento componente de uma multiplicidade, o qual pode ser contado isoladamente. Deste modo, uma série desses elementos forma uma coleção, da qual surgem necessariamente multiplicidades que pressupõem a existência de um espaço que possibilite contabilizar, diferenciando-as entre si. Cabe ressaltar que a multiplicidade em questão é quantitativa. O corolário da associação entre os números e os objetos externos é o fato de podermos contá-los diretamente, considerando-os separadamente. Assim, a noção de número se adequa perfeitamente aos objetos materiais, pois somente nesses termos é que podemos nos referir a ele - vinculando-se aos acontecimentos como coisas localizadas, sobrepostas e contáveis. Claro, essa adequação somente é possível se levarmos em consideração o lugar onde estes estão expostos, ou seja, no espaço.

A principal responsável por essa apropriação do tempo é a faculdade da inteligência, que possui como atributo essencial a medida. Medir, no entanto, supõe a existência de unidades homogêneas e comparáveis entre si, além de compatíveis com o espaço geometrizado.

Assim, a inteligência humana, enquanto moldada pelas exigências da ação humana, é uma inteligência que procede ao mesmo tempo por intenção e por cálculo, pela coordenação de meios a um fim e pela representação de mecanismos dotados de formas cada vez mais geométricas (BERGSON, 2005, p. 49).

A inteligência, na busca por apreender e explicar os diversos estados da consciência, é levada então a espacializar o que é essencialmente puro fluxo qualitativo ou, nos termos de Bergson, pura duração. É nesse contexto que a linguagem desenvolve um papel determinante quando se propõe a nomear os estados de consciência, imprimindo assim contrastes entre os múltiplos estados e permitindo que estes sejam figurados como separados, seriados e representados espacialmente em unidades homogêneas. “Decerto, a linguagem não poderia conferir a faculdade de refletir a uma inteligência inteiramente exteriorizada, incapaz de se recolher sobre si mesma [...]” (BERGSON, 2005, p. 172). A linguagem, simbólica por natureza, cristaliza o fluxo temporal com seus símbolos, encerrando o devir em fórmulas e conceitos *hermetizados*.

É correto afirmar que, para Bergson, as pretensões das Ciências Naturais eram grandes demais a ponto de conterem o real. O pensador francês acreditava que o compromisso firmado por elas - o de apresentar fielmente a essência do real - fracassou. As análises científicas não

escapavam aos seus próprios experimentos empíricos. Logo, como apontam as denúncias do filósofo, os estudos levados a cabo pelos cientistas apenas demonstravam um reducionismo em largas proporções do mundo físico aos métodos ajustáveis - e não seu contrário.

Podemos aqui, então, deduzir uma hipótese pertinente acerca de como se dá essa crítica de Bergson: ao se identificar o modo como a natureza temporal é pensada ontologicamente e como surge a divergência em relação ao trato dispensado pelas ciências. Isto demonstra que o pensador francês percebe uma diferença de natureza entre os dois modos de concepção temporal. O tempo científico permeia o campo das representações simbólicas, ao passo em que o tempo da consciência encontra seu sentido na experiência imediata.

Deste modo, o fluir qualitativo do tempo que caracteriza a essência temporal não poderia de forma alguma ser contido sem necessariamente ser submetido às expressões de esquematização e de organização próprias do exercício científico. O símbolo como forma proporcionada pelo método analítico para expressar os resultados dos experimentos torna-se meio de cristalização do tempo. Neste caso, conhecê-lo depende do ponto de vista em que nos colocamos e dos símbolos que utilizamos para comunicar descobertas. “Portanto, não são mais imagens, mas símbolos. Nossa lógica é o conjunto das regras que devem ser seguidas na manipulação dos símbolos” (BERGSON, 2005, p. 174).

No final do século XVIII, o tempo era apresentado como uma ordem e concebido desta forma. Sua essência temporal tornou-se padronizada: *espacializante*. Podemos localizar historicamente a origem dessa compreensão *matematizante* da realidade no período - que alguns historiadores denominam de “Revolução Científica” - ocorrido na Europa do século XVII e que somente foi possível devido ao advento do Mercantilismo. Por isso, a ciência passou a ser observada como uma ferramenta auxiliar no desvendamento dos “mistérios da natureza”. Essa mesma natureza era entendida como uma máquina, cujo símbolo máximo era o relógio. Descobrir o funcionamento de suas “engrenagens” era o propósito que guiava as pretensões da época moderna.

O princípio pressuposto assumido pela prática científica era o da causalidade. Aplicado à temporalidade, tal princípio lançava sobre esta a rigidez dos intervalos, transformando-a em sequências de instantes alinhados e homogêneos: “[...] a ciência antiga acredita conhecer suficientemente seu objeto quando ela anotou dele momentos privilegiados, ao passo que a ciência moderna o considera em todo e qualquer momento” (BERGSON,

2005, p. 357). Assim, o tempo tornou-se uma espécie de quarta dimensão do espaço, existindo não independentemente dele, mas como seu elemento necessário de sentido.

A partir desta concepção histórico-científica do tempo – esboçada por Bergson –, podemos compreender a razão pela qual os acontecimentos são postos ao lado dos antecedentes, como pontos vizinhos e localizáveis. Assim, todo resultado se configura numa estrutura esquemática. A compreensão científica da temporalidade deve estar fundamentada em princípios mecânicos do tempo, haja vista a necessidade e importância de que a ciência realize previsões. Foi durante o estudo da Mecânica que Bergson percebeu que o tempo tratado pela Física, Matemática e Astronomia, não apresentava o reflexo do real, ou seja, da mudança característica encontrada na mobilidade. Nenhum ser vivo poderia experimentar o tempo (científico) de forma efetiva, como transcorrer da vida, em algo durável.

Isaac Newton (1643-1727), a despeito de também entender o tempo como duração (sem conexão com nenhuma exterioridade), de igual modo o concebeu semelhante às concepções esquemáticas - de modo absoluto e matemático:

O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, por si mesmo e da sua própria natureza, flui uniformemente sem relação com qualquer coisa externa e é também chamado de duração; o tempo relativo, aparente e comum é alguma medida de duração perceptível e externa (seja ela exata ou não uniforme) que é obtida através do movimento e que é normalmente usada no lugar do tempo verdadeiro, tal como uma hora, um dia, um mês, um ano (NEWTON, 1990, p. 6-7).

O que isto significa? Pode-se afirmar, por exemplo, que dois eventos simultâneos que ocorrem no mesmo instante para um observador, serão simultâneos também para qualquer outro observador nas mesmas condições.

Albert Einstein (1879-1955), opondo-se à Newton, afirmou que o tempo não é absoluto, e sim relativo. Sua teoria da Relatividade Geral afirma que tempo e espaço são entendidos a partir das relações entre massa e energia de um corpo, dependendo do referencial do observador. Na Teoria Restrita, o tempo passa mais devagar num objeto que se desloca em grande velocidade em relação ao que se encontra estacionado. A crítica disparada pelo filósofo contra esse parecer também pode ser entendida dessa forma: ao admitir a existência de tempos múltiplos ao invés de simultâneos, Einstein somente pôde conceber a viagem na velocidade da luz por intermédio de números. Seu trabalho se resume a uma fórmula.

Por esse motivo, a concepção de tempo pelas ciências jamais traduzirá o devir constante da temporalidade, uma vez que esta não consegue conter seu caráter instável e, conseqüentemente, de novidade. Dito de outra forma: é preciso considerar que uma consciência situada nos referenciais distintos, jamais vivenciará o tempo de forma única. O tempo nunca é percebido de maneira cronometrada em seu referencial, e sim de modo fluido, através de uma mobilidade constante. Para Bergson, não há, portanto, sucessão de momentos, mas conservação de tudo que passa e continua a passar. É preciso salientar que existe uma consciência que é memória histórica, é o passado que se presentifica.

Percebemos, deste modo, o objetivo e o *modus operandi* das ciências em relação ao tempo. Assim, podemos dizer que a esquematização promovida do tempo visa exclusivamente à previsão sobre os acontecimentos. Bergson entende que essa previsibilidade nada mais é do que a cristalização de um instante que deixou de ser, conquanto que no seu entendimento a partir da duração, o passado continua (metafisicamente) a existir enquanto virtualidade (memória) – o que difere dos esquemas de simbolização e engessamento científico. Para que isso se torne claro, é importante indagar: Como o tempo se torna mensurável? Qual a função do espaço?

## 2 O espaço no tempo

Para expor os meandros da dimensão espacial desenvolvida por Bergson, cabe um texto à parte. Sobre o espaço, Bergson dedicou um trabalho paralelo ao *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*<sup>1</sup>. Porém, o que nos interessa para esta empresa é identificar como o espaço é engendrado pelas ciências no âmbito do devir. Para isso, continuaremos a insistir no fazer científico, pois este é elemento indissociável.

O tempo dos físicos encontrava sua funcionalidade, ou melhor, sua razão de ser nos esquemas delimitadores e nos contornos nítidos dos instantes. Assim, o tempo era/é interpretado como: a velocidade percorrida de um móvel em deslocamento do ponto A ao ponto B, ocorrendo numa mesma sucessividade ajustável. “[...] damo-nos do tempo uma

---

<sup>1</sup> O texto *O que Aristóteles pensou sobre o lugar* é uma tese complementar de Bergson apresentada junto com sua tese de doutoramento: *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Nesta tese complementar, o autor, além de identificar e mostrar a finalidade da teoria do lugar, revela como esta era concebida como substitutiva da teoria do espaço, predominante nos pensadores modernos.

representação penetrada de espaço” (DELEUZE, 2008, p. 14). Toda imprevisibilidade do porvir é cristalizada numa série de instantes fixos, totalmente manipuláveis. Essa cristalização temporal pode ser constatada no manuseio experimental derivado do caráter reversível – próprio da cronometragem – inserido na fluidez do tempo. Tamanha tarefa tão somente se tornou em algo possível por intermédio da imobilização. Somente dessa maneira que os cientistas puderam representar blocos – repletos de instantes homogêneos –, distinguindo assim, momentos distintos: passado, presente e futuro<sup>2</sup>.

Desse modo, somos capazes de “conservar” os estados instantâneos do espaço e de justapô-los em uma espécie de “espaço auxiliar”; mas também introduzimos distinções extrínsecas em nossa duração, decompomo-la em partes exteriores e a alinhamos em uma espécie de tempo homogêneo (DELEUZE, 2008, p. 27, grifos do autor).

Ao alinhar esses blocos, os físicos souberam exatamente qual o ponto, ou melhor, em qual instante estaria a localização do móvel depois de iniciada sua trajetória – incluindo também, seu destino. Desse modo, os “manipuladores temporais” são capazes de “conservar” os estados instantâneos no espaço, justapondo-os. A justaposição é uma característica importante na diferenciação dos modos de expressão temporal. Bergson entende que tal elaboração seja uma descaracterização da essência temporal: seu devir, sua mobilidade e seu fluxo qualitativo contínuo cedem lugar à preservação do estático.

Na reflexão de Bergson sobre o tempo, uma pergunta se sobressai: Como os psicólogos oitocentistas influenciados pela metodologia *objetivante* dos cientistas naturais introduziram no domínio da consciência mecanismos de aferição próprios do fazer científico? As críticas de Bergson à espacialização do tempo não foram exclusivamente dirigidas aos físicos, mas também aos psicólogos oitocentistas que buscavam conciliar suas pesquisas com o positivismo e o mecanicismo vigentes.

Os físicos concebiam o tempo submetido aos deslocamentos dos corpos numa linha perante determinadas condições. Nessa perspectiva, o espaço surge como plataforma onde o tempo se processa engessado e, em seguida, fragmentado em partículas similares. A

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, passado, presente e futuro não possuem o enlace da sucessividade. Na duração, quando o instante presente se instala, o anterior não passou; ele continua de alguma forma recriando o presente constantemente. Assim, as fissuras e os espaços que diferenciam o passado do presente desapareceriam, ficando apenas o escoamento de um fluxo inteiriço e contínuo.

justaposição se dá na superfície espacial. Nesse intervalo, lança-se mão da operação numérica. A natureza e tudo que nela vive são explicadas através de equações fixas, bem como leis balizadoras. O caráter de imprevisibilidade e novidade próprio do tempo é submetido às variantes do cálculo. Nas ciências, o espaço, de certa forma, se sobrepôs ao tempo.

Outra frente de crítica, dispensada por Bergson, é aquela dirigida à *psicologia determinista* de sua época. A realidade da consciência e seus estados internos recebe um tratamento *exteriorizador*, assim como os fenômenos naturais. Os psicólogos oitocentistas aderem às prescrições das ciências e direcionam o espaço ao domínio do psiquismo, tentando aferir os estados de consciência. Qual seria, pois, a denúncia de Bergson a este empreendimento?

### 3 Crítica à psicologia determinista

O nascimento da psicologia enquanto atividade científica teve suas raízes no período que abrangeu o século XIX e início do XX. A característica principal que a fundamenta é seu modo de funcionamento muito próximo das descrições das Ciências Naturais, trazendo consigo tanto sua metodologia quanto seu receituário, isto é: seu arcabouço experimental. O objetivo esperado era que, através de uma espécie de empirismo evocado pelo princípio associacionista, se descobrissem leis gerais a partir das quais seria possível mapear e catalogar os diversos estados que caracterizam a vida interior consciente. Deste modo, os aparentes dados coletados do psiquismo necessitavam de verificação experimental, visando apenas um foco: a construção de hipóteses que serviriam de base para naturalização da consciência. O cerne deste exercício consistia no estabelecimento de leis gerais que propiciassem sua materialização, em outras palavras, sua quantificação. Na obra *Ensaio sobre os dados da consciência* (1889), Bergson contesta o emprego dessa metodologia, imputando aos psicólogos um determinismo radical que negava a liberdade.

As discussões acirradas acerca do tema nos conduzem ao ponto central da tese de Bergson, cuja crítica incide sobre os métodos de análise e escamoteação da duração. “Entre a espacialidade e a temporalidade, a diferença é de natureza: a filosofia de Bergson começa por esta constatação, quando reconhece nos dados imediatos da consciência algo que a Psicologia jamais poderia exprimir quantitativamente” (SILVA, 1994, p. 18).



A crítica de Bergson a esse tipo de Psicologia pode ser entendida como uma reação ao exercício experimental, demonstrando o desacordo presente entre as duas instâncias (extenso e inextenso) oriundas do naturalismo – para as quais os fenômenos psicológicos poderiam ser assimilados tal como os fenômenos físicos. Assim, desapareceria toda e qualquer distinção entre o físico e o psíquico, de modo que as ações humanas poderiam ser interpretadas como efeitos de processos fisiológicos demonstráveis empiricamente.

O pensador francês denunciou que tais teorias negavam o tempo (real) experimentado pela consciência, tomando-se o qualitativo pelo quantitativo. O cérebro aqui se tornaria a chave que guardaria todos os “mistérios”. Como contraponto, Bergson defende que o espírito e a matéria não possuem a mesma natureza, isto é, que a consciência não habita o cérebro. O equívoco da psicologia positiva residiria na tentativa de seguir o mesmo arcabouço conceitual da Física e da Matemática, descartando as diferenças de natureza (qualitativas), além das características dos estados mentais. Ao se *espacializar* o tempo psíquico, solidificam-se seus estados, tornando-os quantificáveis e compatíveis com os processos esquematizadores das Ciências Naturais.

Deste modo, é correto afirmar que a psicologia positiva buscava examinar e explicar a vida interior através de um paralelismo: a redução do psicológico ao físico ou, em outras palavras, do mental ao cerebral. Efetuava-se uma verdadeira quantificação dos fenômenos psicológicos, pois o tempo era identificado como a quarta dimensão do espaço - introjetado na consciência. Portanto, torna-se patente que, por meio das análises de tais experiências, buscava-se no mundo material um ponto de conexão ou a origem de determinados estados psíquicos. Podemos perceber que o prisma da consciência tornada em objeto se evidencia e se propaga na dimensão espacial. Os estados que são próprios desta (heterogêneos) assumem um aspecto divergente, a saber: de multiplicidade quantitativa<sup>3</sup>. Somente levando-se em consideração a ideia de espacialidade, foi que os psicólogos puderam promover a justaposição e seriação numérica dos estados internos com um possível correspondente externo.

Para a concretização da crítica à psicologia determinista de sua época, Bergson forjou um conceito híbrido denominado “grandeza intensiva”. A vantagem deste é que o mesmo

---

<sup>3</sup> Bergson concebe a existência de dois tipos de multiplicidade: uma qualitativa e outra quantitativa. A primeira refere-se ao interior, aos estados puros da consciência; enquanto que a segunda deriva do número que, por sua vez, pressupõe a existência de uma realidade ideal chamada espaço. As coisas tornadas números só podem ser identificadas e diferenciadas numa justaposição.

carrega em si a presença de dois termos que apresentam significados díspares: “Esta concepção da grandeza intensiva parece ser a do comum, mas não se pode propô-la como explicação filosófica sem cair num verdadeiro círculo vicioso” (BERGSON, 1988, p. 12). Em vista disso, possibilitou-se a representação das relações psíquicas na perspectiva do número, traduzindo-se do mais para o menos, do maior para o menor.

Diversos problemas de ordem metodológica e conceitual advêm dessa formulação. Por exemplo, como falar de sentimentos numa compreensão aritmética? O número se faz presente como a superação de um numeral em relação a outro da mesma espécie na série natural. A conclusão retirada nessa relação é de continente e conteúdo. Ainda acerca da compreensão bergsoniana de noção de grandeza intensiva, uma pergunta torna-se pertinente: Será que uma sensação (inextensa) qualquer poderá conter uma variação menor de si em si mesma modificando-se instantaneamente na escala de graus intensivos, próprio da relação numérica? No referido *Ensaio*, Bergson evidencia a dificuldade existente na compreensão apresentada:

A questão é, pois, saber como conseguimos formar uma série deste género com intensidades, que não são coisas que possam sobrepor-se, com que sinal reconhecemos que os termos desta série crescem, por exemplo, em vez de diminuir: o que equivale sempre a interrogar-nos por que uma intensidade é assimilável a uma grandeza (BERGSON, 1988, p. 12).

A noção de grandeza intensiva é o fundamento do exercício quantificador que configura o erro que, segundo Bergson, possibilitou os demais. Qual é a estrutura deste erro e como este se dá? Por certo que é devido à generalização ou à modulação do indutivismo ingênuo que se evidencia no estabelecimento da relação entre estímulos, excitações físicas e sensações psicológicas, buscando-se uma possível ligação externa que possa relacionar causa e efeito. A consciência passa a obter propriedades físico-químicas, idênticas ao externo – sob estas condições, torna-se matéria. Posto isto, tiraram-se ligeiras observações, estendendo-as universalmente para todo o psiquismo.

O surgimento do espaço no domínio da consciência é gerado pela atividade do espírito que participa, justapondo-se às qualidades sensíveis que foram abarcadas no processo de espacialização. O espaço é percebido, portanto, por uma espécie de intuição<sup>4</sup>, como afirma

---

<sup>4</sup> A palavra intuição do espaço difere-se do método intuitivo da duração desenvolvido e ampliado por Bergson como experiência metafísica em que, por um esforço de “suspensão” dos conhecimentos prévios, penetra as profundezas da consciência e apreende o movente, perdurando juntamente com todo o universo. A intuição do

Franklin Leopoldo e Silva: “A intuição do espaço acompanha sempre a ideia de número, mesmo quando este deixa de representar imediatamente uma coleção de objetos e se torna um símbolo abstrato” (SILVA, 1994, p. 124). O espaço é a instância que permite no campo espiritual distinguir as sensações em meio a uma variedade delas, calculando sua intensidade. No exemplo da contagem dos carneiros presente no *Ensaio*, temos certamente o espaço como um meio homogêneo e vazio no qual podemos diferenciar “duas sensações idênticas”. Nesse caso específico, uma imagem ou unidade contendo dois carneiros fundidos. Os animais cujas características são abstraídas na formação da unidade, só poderiam se diferenciar mediante sua posição, isto é, ao serem identificados tendo em vista lugares distintos no mesmo espaço.

Discutimos, portanto, não necessariamente a natureza do espaço, mas sua relação com as esquematizações do tempo a partir das ciências e da psicologia positivista. Vimos a maneira como Bergson aponta os equívocos de tais engessamentos e como a realidade espacial adentra à experiência subjetiva. Vale ressaltar que Bergson não envereda pelo caminho do anticientificismo, negando as contribuições do pensamento científico. O pensador francês entende, antes de tudo, que o tempo real é metafísico e escapa a toda e qualquer classificação, simbolização e, conseqüentemente, a toda e qualquer conceituação.

#### **4 A duração**

A ideia de duração é o centro nevrálgico da filosofia bergsoniana. Para entendermos o que significa a duração, primeiro devemos partir da consciência, uma vez que passado e futuro só possuem sentido para um ser consciente. Fora da consciência, não há memória. É pela atitude de “deixar-se ver” que a consciência encontra sua verdadeira temporalidade. A duração enquanto tal surge propriamente na dimensão psicológica. Trata-se da realidade que consiste na sua heterogeneidade qualitativa, que se resume à multiplicidade de seus estados internos, atingida mediante a renúncia da forma espacial. A consciência é naturalmente constituída por essa multiplicidade de estados psicológicos heterogêneos consecutivos, interpenetrando-se em contínuas mudanças. “Uma sucessão de mudanças qualitativas que se fundem, que se penetram, sem contornos precisos, sem qualquer tendência para se

---

espaço é a operação em que se percebe uma infiltração de elementos quantitativos, nos quais só há qualidades. Desse modo, percebe-se uma dimensão que se torna condição de diferenciação entre os estados mentais, transformando as qualidades em pontos virtuais contáveis.

exteriorizarem relativamente aos outros, sem qualquer parentesco com o número: seria a pura heterogeneidade.” (BERGSON, 1988, p. 75). Isso significa que todos os nossos pensamentos, sensações e impressões não possuem delimitações que indiquem que um estado passou e outro se iniciou.

Com efeito, o que é uma sensação? É a operação de contrair em uma superfície receptiva trilhões de vibrações. Delas sai a qualidade, e esta é tão-somente a quantidade contraída. Assim, a noção de contração (ou de tensão) nos dá o meio de ultrapassar a dualidade quantidade homogênea-qualidade heterogênea, e nos permite passar de uma à outra em um movimento contínuo (DELEUZE, 2008, p. 58).

Diante do exposto, a pergunta que se coloca é: Por que espacializamos o escoamento? Podemos respondê-la da seguinte maneira: Ao simbolizarmos os estados mentais na perspectiva do número e, desse modo, ao homogeneizar as diferenças de cada estado, retiramos sua singularidade e memória. A título de esclarecimento, um exemplo trazido por Bergson no segundo capítulo do *Ensaio* torna-se bastante pertinente. O excerto nos aponta a experiência de alguém que, ouvindo o ruído de passos, imagina uma pessoa caminhando e, ao construir a síntese representativa, sua inteligência associa os sons a pontos localizáveis no espaço, desenvolvendo-se deste modo sensações de proximidade e distanciamento. Ainda encontramos outros tantos exemplos semelhantes que demonstram pormenorizadamente o processo em discussão.

De maneira análoga, podemos ver o mesmo procedimento relacionado às sucessivas badaladas do sino. Aqui, a imaginação representa o badalar que parece necessitar de um canal de propagação de seus sons: o espaço. Para conter a imagem dos sons do sino em movimento, é necessária a dimensão espacial. Cada badalada é associada a uma unidade e, assim, segue sucessivamente as demais. Bergson salienta que a maioria dos espíritos não procede desse modo. Segundo ele, em tal processo de contagem, o espaço é certamente o suporte de análise e decomposição. Porém, aos demais entendimentos, a comunidade científica assegurava-se que tal mensuração ocorre na duração.

Examinando os dados da consciência, constatamos que estes não são homogêneos. Nenhum estado se repete de modo pariforme. Em outras palavras, não pode haver na consciência dois momentos idênticos. Cada estado é único e reveste por completo a vida consciente com sua qualidade. Nessa dinâmica, outros estados fundem-se indefinidamente,

tornando-se imprevisíveis quaisquer conjecturas sobre o futuro. As fases da consciência são puros fluxos. Não há espaço para qualquer concepção atômica dos estados interiores. Os momentos essencialmente desuniformes que se compenetraram reciprocamente destoam dos elementos vazios que se alinham numa superfície espacial. É por isso que a experiência da duração é sempre rica e diversificada, como Ana Isabel Paisana Gil esclarece:

Regressando ao ponto que estava a ser considerado, Bergson vincula o tempo interior à duração, e considera que a duração possui uma relação à nossa própria consciência, de tal modo que o tempo real é-nos apresentado como o desenrolar da própria vida consciente. Ora, ao associar a consciência à duração, ou seja, ao tempo real, Bergson está ao mesmo tempo a declarar que há uma dependência da nossa representação. Isto é, o ser temporal entendido como manifestação da duração real implica que somos na própria representação, que há um ser no próprio acesso, e essa forma de ser provém da duração como consciência (GIL, 2015, p. 9).

Toda vida interior configura-se como um todo qualitativo sem intervalos, mudando invariavelmente. Essa multiplicidade qualitativa não deve ser confundida com a multiplicidade quantitativa típica do eu superficial instituidor da realidade espacial. Seu objetivo principal é o de estancar o movimento com suas réguas deterministas. Para tanto, como expresso anteriormente, é preciso diferenciar os dois tipos de multiplicidades: uma qualitativa e subjetiva que escapa ao número e diz respeito aos fatos conscientes; e outra objetiva e exterior que se refere aos objetos extensos.

## **Conclusão**

Diante do exposto, verificamos que as críticas de Bergson em relação às concepções temporais científicas e filosóficas têm por finalidade básica promover o encobrimento do tempo. Nesse sentido, o tempo é concebido como uma série de instantes separados e simultâneos, regulados pelos ponteiros do relógio. O autor francês parte do pressuposto de que medir o tempo significa submetê-lo aos movimentos do cronômetro - simbolizados pelos segundos, minutos e horas. Desta forma, o tempo enquadrado dentro desse esquema evoca automaticamente à noção de multiplicidade e, como consequência, à ideia de número. Logo, uma série desses elementos produz um conjunto homogêneo; abrindo possibilidade para surgimento de uma multiplicidade quantitativa.

Essa esquematização mental pressupõe a existência de um espaço que possibilite o cálculo das unidades. A associação entre a ideia de número e os objetos que se *espacializam* fazem como que percebamos os fenômenos mentais como coisas que podem ser localizadas e contadas como objetos exteriores.

Em contraponto, Bergson nos apresenta o tempo durável como passagem de momentos que só se conservam virtualmente. O tempo próprio da consciência é passagem, isto é, tem como característica fundamental de ser a ocultação parcial de seus momentos anteriores no surgimento dos seguintes, se apresentando “grávido” do passado. Conclui-se, desta forma, que o tempo também é a conservação de todo e qualquer conteúdo experienciado, pois a duração, inicialmente, é uma realidade para a consciência. Depois, estende-se ao universo.

## Referências

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. **O que Aristóteles pensou sobre o lugar**. Campinas: Unicamp, 2013 [Bilíngue].

COELHO, Jonas Gonçalves. Ser do tempo em Bergson. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, n.15, mar/ago. 2004, p. 233-246.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 2008.

GIL, Ana Isabel Paisana. A realidade do tempo: uma análise de Durée et Simultanéité de Henri Bergson. **Dissertação** (Dissertação em Filosofia Geral). Lisboa: FCSH, 2015, 84f.

NEWTON, Isaac. **Principia**: princípios matemáticos de filosofia natural. São Paulo: Nova Stella; Edusp, 1990 [v. I].

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Bergson**: intuição e discurso filosófico. São Paulo: Loyola, 1994.